



FORMAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE DA FORMAÇÃO AMBIENTAL NA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL *PROFESSIONAL TRAINING: CONTRIBUTION TO THE DEBATE ON ENVIRONMENTAL TRAINING IN SOCIAL WORK*

Thais Tavares Bernardo¹
Rosangela Maria Amorim Benevides Guimarães²

Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a formação do Assistente Social a fim de identificarmos em que medida a temática ambiental está inserida nesse contexto, considerando a necessidade da mesma apresentar-se nos currículos do curso, mesmo que de forma transversal, e não ser encarada como uma área à parte da formação, voltada para o título de especialização posterior. Tem como fio condutor a relação entre sociedade e natureza, que com a ruptura do elo entre essas dimensões emergem fenômenos sociais que em interface com a dimensão ambiental requisita que o Serviço Social esteja preparado para responder às diversas manifestações da questão social suscitadas pela crise socioambiental. Realizamos uma pesquisa bibliográfica e um levantamento da matriz curricular dos cursos de Serviço Social da UFF e da oferta de disciplinas, nas páginas oficiais de divulgação da referida Universidade. Possui como base de sustentação a teoria social de Marx e aponta para o desenvolvimento de uma formação profissional que de fato prepare o assistente social para as novas demandas no contexto socioambiental. Desta forma, identificamos que nas diretrizes curriculares gerais do curso de Serviço Social não há obrigatoriedade de uma disciplina específica que contemple a formação ambiental, com isso nos deparamos com o baixo índice de produção que discutam a temática, nos permitindo

¹Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2000), mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) e doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Atualmente é professor doutor da Faculdade Redentor e assistente social da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: formação profissional, prática profissional, serviço social, política pública de saúde, uso de álcool e outras drogas e ética profissional.

²Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2004). Mestre em Políticas Sociais pela UENF (2012). Especialista em Serviço Social Contemporâneo, Questão Social (UFF), Especialista em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (UFF). Professora Assistente do curso de Serviço Social da Faculdade Redentor, Assistente Social da Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes, Experiência profissional em Serviço Social nas áreas de Saúde e Educação. Atua na docência desde 2005. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos Socioambientais (NESA) da Universidade Federal Fluminense.

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

supor que ainda são insuficientes os conteúdos programáticos que explicitem a compreensão dos fundamentos teórico-metodológico e ético-político, de forma a instrumentalizar profissionalmente para a realização de análises socioambientais em uma perspectiva interdisciplinar.

Palavras-chave: Formação profissional; Serviço Social; Graduação em Serviço Social

Abstract

This article aims to reflect on the formation of the Social Worker in order to identify the extent to which the environmental theme is inserted in this context, considering the need to present it in the curricula of the course, even if in a transversal way, and not be regarded as an area apart from the training, geared to the title of further specialization. It has as a guiding line the relationship between society and nature, which, with the rupture of the link between these dimensions, emerge social phenomena that, in interface with the environmental dimension, require Social Service to be prepared to respond to the various manifestations of the social issue provoked by the social and environmental crisis. We carried out a bibliographical research and a survey of the curricular matrix of the courses of Social Service of the UFF and of the offer of disciplines, in the official pages of disclosure of said University. It has as base of support the social theory of Marx and points to the development of a professional formation that in fact prepares the social worker for the new demands in the socio-environmental context. In this way, we identified that in the general curricular guidelines of the Social Work course there is no obligation of a specific discipline that contemplates the environmental training, with this we are faced with the low production index that discuss the theme, allowing us to suppose that the programmatic contents that explain the understanding of the theoretical-methodological and ethical-political fundamentals, in order to instrumentalize professionally to carry out socio-environmental analyzes in an interdisciplinary perspective.

Keywords: Professional qualification; Social Service; Graduation in Social Work

INTRODUÇÃO

O agravamento da ocorrência de fenômenos socioambientais está associado a uma visão utilitária da natureza que sob a égide do capital tem ampliado os níveis de degradação ambiental. Esse fator está diretamente relacionado à necessidade de busca de matérias-primas para acumulação capitalista em seu estágio primitivo, produzindo a partir dessa relação impactos negativos no meio social e ambiental, que em seu estágio atual revela a evolução dos aspectos deletérios, que produzem consequências impactantes como as crises socioeconômicas e ambientais, exigindo medidas interventivas capazes de conter o avanço da degradação ambiental e das consequências sociais aviltantes no cotidiano da população atingida por tais agravos.

A crise socioambiental no Brasil e no mundo tem suscitado discussões para além do universo acadêmico, indicando que seus aspectos não se restringem a uma única área do conhecimento e nem a uma única categoria profissional, pois o fenômeno é multidimensional e sendo seus impactos amplamente democratizados, exigindo respostas interdisciplinares. É certo que a intensidade das consequências de tal crise afeta em maior proporção grupos sociais em situação de vulnerabilidade, que caracteriza o público alvo da intervenção de profissionais de Serviço Social.

Essa realidade vai requisitar uma atuação profissional em resposta às demandas socialmente colocadas, exigindo uma formação profissional, que com base em Iamamoto, expresse

[...] as novas *tendências e condições emergentes no processo social*, subsidiando a construção de respostas profissionais sólidas e antecipatórias ante as particularidades da 'questão social' no atual estágio da acumulação capitalista. Este é um dos requisitos para assegurar a *atualidade da profissão*, condição de sua *necessidade social*, ou seja, da continuidade de sua reprodução na esfera do mercado capitalista de trabalho e de alargamento de seu espaço ocupacional. (IAMAMOTO, 1998, p. 170).

São as expressões da questão social, matéria-prima do Serviço Social, que vão demandar profissionais para intervirem de forma qualificada, teórico-

metodológico e ético-política, a responder aos desafios que as profundas transformações societárias impõem para a profissão, de forma a estar atento às necessidades sociais (IAMAMOTO, 1998).

Nesse sentido, o conceito de Formação Ambiental contribui para a reflexão que este artigo se propõe realizar, pensando a profissão a partir de sua formação acadêmica por meio de dados dos conteúdos programáticos e de currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal Fluminense, unidades acadêmicas de Niterói, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras, informados na página da instituição, na rede mundial de computadores. Os dados apontaram para a necessidade de pensar a formação profissional considerando a questão ambiental, a fim de dar respostas às transformações sociais diante dos fenômenos recorrentes na sociedade, que afetam sobremaneira os grupos sociais mais vulneráveis.

A RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA E A CRISE SOCIOAMBIENTAL

Caso os sistemas econômicos construídos pela humanidade a partir da revolução industrial e ainda fumegando a pleno vapor sejam capazes de romper irreversivelmente os mecanismos de auto-regulação de Gaia, instaura-se novamente a possibilidade de uma crise estrutural cujos horizontes não podem ser previstos. Cumpre observar, não obstante, que as perspectivas não são nada otimistas. (SOFFIATI, 2006, p. 50).

A utilização em larga escala dos recursos naturais para atender a demanda cada vez mais intensa da produção de valores de troca no capitalismo tem produzido impactos, tanto ao ambiente natural quanto ao próprio homem, que dele depende para sua reprodução física e social. A ação predatória do homem está baseada na forma como se desenvolve o modo de produção capitalista, que vê a natureza como recurso necessário à acumulação, “pelo utilitarismo, pela instrumentalização, pela exploração ilimitada” (2006 p. 44-45).

A crise mencionada por Soffiati (2006) é global e antrópica. Antrópica porque deriva de atividades humanas e essas características na relação do homem com a natureza não humana, advinda de algumas crises anteriores, foram causadas por asteroides, vulcões e mudanças climáticas, e foram planetárias. Outras não foram planetárias e tiveram como causa erosões provocadas por derrubada de florestas de

encostas, pelo deslizamento do solo de partes altas para as partes baixas, assoreamento do mar, entre outros fatores.

O que diferencia a crise ambiental atual das anteriores é o seu caráter antrópico com extensão planetária, conforme explica Soffiati:

[...] ocorreram crises planetárias não-antrópicas na história da terra e crises planetárias antrópicas não planetárias na história da humanidade; entretanto, é a primeira vez, nos 4.5000.000 de anos de existência do nosso planeta, que se constitui uma crise ambiental oriunda das atividades exercidas por uma só espécie [...] que assume um caráter global (SOFFIATI, 2006, p. 47).

A terra já foi palco de várias alterações. Baseado em Wilson (1994), Soffiati (2006) esclarece que houve cinco grandes crises planetárias que abalaram profundamente a vida, provocando a extinção de muitas espécies. Mas, o autor observa que em períodos posteriores às crises, o planeta voltou a recuperar-se, mas não se sabe quanto tempo foi necessário para a recuperação total.

A recuperação do planeta depois de grandes impactos pelos quais sofreu, leva o autor a argumentar que a crise ambiental atual é conjuntural, já que a terra e os demais ecossistemas naturais têm possibilidades de se recompor dos impactos sofridos. Para Soffiati (2006) talvez seja precipitado atribuir a esta conjuntura de crise um caráter estrutural.

[...] ainda é cedo para sustentar que a crise da atualidade, mas do que uma crise que ocorre na estrutura ambiental do planeta venha a ser uma crise que corrói a estrutura ambiental do planeta. A Terra conta com 4.5000.000 de anos; a vida, com 3.600.000; os hominídeos, com 100.000, se tanto; a mais antiga civilização, com 3.500; a revolução industrial, com 200. Quiçá os modos de vida industriais construídos nos últimos dois séculos não passem de arranhões superficiais na epiderme da Terra (SOFFIATI, 2006, p. 48).

É o princípio da homeostase que orienta a natureza garantindo a capacidade dinâmica dos ecossistemas de “consertarem seus desvios do equilíbrio mediante processos naturais preservadores da complexa rede de ciclos biogeoquímicos que sustenta a vida no planeta” (BRANCO, 1989 apud CAVALCANTI, 1995, p. 18).

Em todas as alterações que a Terra sofreu, sobre todas elas ela foi capaz de se regenerar e de se renovar. Algumas espécies foram extintas por fatores climáticos, outras surgiram pelos mesmos fatores climáticos que foram favoráveis a elas. A questão então não está centrada na Terra, mas nas espécies que a habitam, defende Cavalcanti (1995) e interroga: Se a Terra tem possibilidades extraordinárias de renovação e de regeneração, o que dizer das espécies e entre elas a humana?

É bastante improvável que o que fazemos possa ameaçar Gaia. “Mas, se conseguirmos alterar o ambiente de forma sensível como pode acontecer no caso da concentração de dióxido de carbono na atmosfera, então uma nova adaptação pode se processar, e provavelmente não será em nosso benefício” (LOVELOCK apud SOFFIATI, 2006, p. 48).

Soffiati (2006) em seu texto *Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação*, referindo-se ao equilíbrio e desequilíbrio das antropossociedades não ocidentais e ocidentais em relação à natureza, mostra que nas antigas sociedades arcaicas os homens viviam da coleta, da pesca e da caça, existindo uma divisão sexual e técnica do trabalho. Possuíam um modo de vida nômade ou seminômade, tinham uma tecnologia rudimentar e reduzida capacidade de modificar a natureza. Posteriormente, aprenderam a domesticar animais e plantas, a desenvolverem técnicas de agricultura e pastoreio ocasionando alguns casos de desequilíbrios ambientais.

Para as antropossociedades arcaicas a natureza era sagrada, dominada por mistérios, habitada por deuses e espíritos e os homens se viam como parte intrínseca da natureza. Destarte, com a invenção da agricultura e da pecuária a concepção da natureza como elemento sagrado passa a ser questionada. Conforme Soffiati, o avanço das cidades, aproximadamente em 3.500 a.C. e a construção de grandes obras, como canais, barragens, entre outras, provoca uma cisão na concepção sagrada da natureza.

No que se refere às antropossociedades ocidentais, estas tiveram sua origem espacial na Europa Ocidental, que tem suas raízes nas civilizações siríaca ou judaíta por um lado, e na civilização helênica ou greco-romana, e por outro lado,

dos germanos e eslavos, tendo como elemento de unidade mesmo que de forma complexa, o cristianismo católico romano e tem sua origem datada na formação do Império de Carlos Magno, no século IX.

Numa postura de raiz judaico-cristã, a civilização ocidental rompe totalmente com a concepção sagrada da natureza, entendendo que o homem possui vida própria independente da natureza e que esta deve servir aos homens. Esta postura mecanicista, desenvolvida pelos físicos helênicos tem nas teorias de Newton a culminação dessa concepção que perdura até a primeira metade do século XIX.

É através da teoria da relatividade na física quântica formulada por Einstein, que a concepção mecanicista chega a seu derradeiro fim. A física clássica é questionada e a certeza é atacada pelo princípio da incerteza. Mas, ainda é hegemônica a explicação sobre a natureza e os fenômenos naturais pelo paradigma mecanicista que foi formulado na Europa entre os séculos XV e XVIII. Ele ainda é base para sustentação da relação do homem com a natureza, que tem no racionalismo sua maior expressão.

Para o mecanicismo o universo é uma máquina que tem movimento mas não tem transformação. O homem sente dor, possui espírito e razão, porém os animais são máquinas sem razão (SOFFIATI, 2006). Assim, com esta visão de utilidade da natureza o capitalismo tem ampliado os níveis de degradação ambiental, sendo apontado pelos estudiosos como a causa fundamental para o problema ambiental no mundo. Para a concepção utilitarista todo o conhecimento deve ter uma utilidade prática necessária à dominação da natureza para serviço do homem.

É sob este paradigma, mecanicista e humanista, que o capitalismo e a industrialização produziram impactos ambientais de intensidades até então desconhecidos pela humanidade. A busca por matérias-primas para a produção em larga escala afeta diretamente o meio ambiente natural produzindo não só problemas ambientais mais de ordem social e econômica. Nessa linha de raciocínio, Sachs (2007, p. 131) aponta que o esgotamento dos recursos naturais pode trazer uma crise econômica de proporções alarmantes devido às formas como as relações

“homem-recurso” se estruturam globalmente, produzindo áreas subdesenvolvidas pela a apropriação por alguns países, da maior parte dos recursos mundiais.

Fica evidenciado que as intensas alterações no meio ambiente têm impactado negativamente a ligação e a reciprocidade entre sociedade e natureza, produzindo questões de ordem ambiental e social que tendem a se agravar com o surgimento de fenômenos como, por exemplo, os desastres socioambientais, que para Santos (2012, p. 36) “constituem-se como ameaças à vida social, especialmente às populações que vivenciam a exclusão socioespacial e a socioeconômica, que são majoritariamente as mais afetadas nesses contextos”.

Em seus estudos sobre desastres Valencio (2014) mostra que são um fenômeno que tem relação com as dimensões humanas e naturais, não devendo ser avaliado e diagnosticado somente como um fenômeno físico, como visto nas teorias dos hazards, que é a abordagem hegemônica.

[...] há uma distinção importante entre a teoria dos *hazards* e a teoria dos desastres. A teoria dos *hazards* enfatiza uma abordagem geográfica, na qual os mecanismos físicos, a distribuição temporal e espacial e a dinâmica de eclosão dos eventos físicos têm maior peso, enquanto a teoria dos desastres, construída desde uma abordagem sociológica, enfatiza as considerações sobre a organização social complexa e o comportamento coletivo. Um approach determinista se constituiu em torno da teoria dos hazards, tornando-o o paradigma hegemônico, agregando várias áreas das ciências duras. Nele, são valorizados sobretudo os modelos de mensuração quantitativa das probabilidades de ocorrência de eventos perigosos e suas causas, vindo ao encontro dos negócios do setor securitário e de outros setores da economia (VALENCIO, 2014, p. 3632).

Para Valencio *et al.* (2011), com base em dados da SEDEC (Secretaria Nacional de Defesa Civil), os desastres que tem mais ocorrência no Brasil são as secas e estiagens prolongadas e em segundo os relacionados às chuvas. São eventos recorrentes no Brasil que tem consequências físicas e humanas, como perdas materiais, mortes e desaparecimentos, desabrigo e desalojamento de grupos sociais que já vivenciam “processo de vulnerabilização”, e que tem, em situação de desastres, o comprometimento das esferas matérias, sociais e simbólicas da vida. É nesse contexto que para Silva (2010) são requisitados profissionais com competência para atuarem nas questões de ordem

BERNARDO, T. T.; GUIMARÃES, R. M. A. B.

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

socioambiental, entre eles os assistentes sociais, que são interpelados a responderem ante o agravamento da questão socioambiental.

FORMAÇÃO AMBIENTAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DISCIPLINAS DA UFF - CAMPOS DOS GOYTACAZES, NITERÓI E RIO DAS OSTRAS.

Uma das condições fundantes para se garantir a adequação da formação profissional à dinâmica de nosso tempo, é *implodir uma visão endógena do Serviço Social e da vida universitária*, prisioneira em seus 'muros internos' (IAMAMOTO, 1998, p. 170).

A Declaração do Meio Ambiente Humano, documento redigido na Conferência Mundial sobre Meio Ambiente ocorrida na Suécia em 1972, foi o primeiro a conceber a Educação Ambiental (EA) como um dos instrumentos de educação para questões ambientais, e também a Formação Ambiental, este proposto claramente pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), instituído em 1973, como recomendado pela Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano.

A EA tem como objetivo transmitir conhecimentos para o público em geral, a fim de que percebam os problemas ambientais cotidianos e tenham uma postura proativa diante das questões que envolvem o meio ambiente. Diferente da EA, a Formação Ambiental visa capacitar profissionais para atuarem no meio ambiente, visando à proteção ambiental por meio de capacitação técnica (PALMA, 2005; BORGES, 2012). Conforme Villaverde, 1985 apud Borges et al., 2012, p. 245).

Una educación especializada en cuanto se dirige a un grupo restringido de profesionales... los altos funcionarios y, en general los planificadores y gestores que tienen a su cargo la elaboración de las grandes directrices políticas y de toma de decisiones. El término de "formación" sería, en este caso, equiparable al de "capacitación", pues el objetivo último que persigue este Programa gira no tanto sobre motivaciones personalísticas... se capacita a un sector de la población no en cuanto que individuos aislados, sino atendiendo al puesto que ocupan en la sociedad...se les capacita "para" una actuación social de alta incidencia sobre el colectivo humano al que pertenecen. El bienestar de este colectivo es, en última instancia, la meta perseguida por el programa (VILLAVERDE, 1985, p. 51).

Com base no paradigma epistemológico conservador, o meio ambiente era objeto de estudo de disciplinas das áreas exatas e biológicas. Nessa concepção há uma separação entre o homem, sociedade e a natureza. Um não interfere no outro e não é impactado pelas mudanças ocorridas, dessa forma, não havendo uma compreensão da existência de inter-relações, de nexos entre sociedade e natureza. Uma forma mais abrangente de pensar e de investigar os fenômenos sociais e naturais vai considerar a totalidade e as suas interfaces sociais e ambientais, possível no campo da interdisciplinaridade.

É nesse contexto interdisciplinar que o Serviço Social se insere ao ser requisitado a dar respostas às demandas do campo socioambiental. Segundo Silva (2010), o Serviço Social é interpelado a dar respostas ao agravamento da questão ambiental, sendo que, para este fim há que se conhecer a realidade, identificando as causas historicamente construídas, buscando assim identificar possibilidade de intervir de forma qualificada. Para isso, o trato junto às questões que envolvem natureza e sociedade precisa ser analisado pelo viés das relações sociais próprias do capitalismo, além de “identificar particularidades geopolíticas, sociais e culturais [...] como parte de uma totalidade: a destrutividade impulsionada pela anarquia da produção e as reações a esta empreendidas pela sociedade.” (SILVA, 2010, p. 158 -159).

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, com seu surgimento na fase do capitalismo monopolista, em resposta as classes e o Estado que implementam formas de atender as reivindicações da classe trabalhadora em sua luta por melhores condições de vida e trabalho. Atua assim, na reprodução das relações sociais, atendendo a reprodução material e espiritual da classe trabalhadora e contraditoriamente a reprodução do capital.

É na esteira dos movimentos sociais e da efervescência da mobilização social dos anos 1980 no Brasil, que a profissão rompe com o conservadorismo, e nos anos de 1990 se consolida como uma profissão aliada aos projetos da classe trabalhadora, construindo um projeto profissional materializado no Código de Ética de 1993, na Lei de Regulamentação de 1993 e nas Diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996.

São as diretrizes curriculares da ABEPSS que orientam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Serviço Social, assentadas teórico e metodologicamente na teoria

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

social crítica de Marx, comprometendo-se com os interesses da classe trabalhadora, com uma sociedade justa, com garantia e ampliação da cidadania e da democracia, questionando a estrutura da sociedade capitalista e as desigualdades sociais e econômicas por ela geradas. Formulando e implementando propostas que visam o enfrentamento da questão social e ambiental, e por meio de políticas públicas atuando para garantir o acesso a direitos humanos, entre eles os direitos sociais e ambientais.

As diretrizes curriculares nacionais que envolvem a formação profissional propostas pela ABEPSS, orientam os 567 cursos de graduação autorizados pelo MEC, em agosto de 2012, onde 518 deles são privados (91,4%) e 49 públicos (8,6%). Entre os cursos privados, 230 são ofertados exclusivamente à distância, correspondendo a 44,4% dos cursos e 288 constituem os 55,6% dos cursos privados ofertados na modalidade presencial (IAMAMOTO, 2017)

A estrutura curricular é composta pelos três núcleos de fundamentação que compõem a organização curricular: Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social; Núcleo de Formação Sócio Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos.

A aprovação das diretrizes curriculares em 1996, possibilitou a afirmação e consolidação de uma nova direção social hegemônica para o Serviço Social no âmbito acadêmico, contribuindo de forma significativa para a implementação do projeto ético-político. Assim, torna-se imperativo a necessidade de formação de profissionais que decifrem a dimensão política presente no cotidiano de seu trabalho, em meio a disputas de projetos societários que exigem respostas às contradições que se apresentam na realidade e demandam a construção de uma nova hegemonia.

Compreender a dinâmica da realidade é identificar as manifestações das expressões da questão social no cotidiano, buscar a apreensão dos conhecimentos necessários para analisar e responder criticamente à regressão de direitos sociais. É o que se espera de uma formação de profissional pautada em uma perspectiva que corresponda ao proposto pelo projeto ético político profissional. Neste sentido,

[...] a luta pela afirmação dos direitos é hoje também uma luta contra o capital, parte de um processo de acumulação de forças para uma forma de

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

desenvolvimento social, que possa vir a contemplar o desenvolvimento de cada um e de todos os indivíduos sociais. Esses são, também, dilemas do Serviço Social (IAMAMOTO, 2009, p. 16).

Para tanto, é necessário trazer à luz e materializar a concepção de educação e de sociedade que potencializem a realização de uma nova ordem societária, sem dominação/exploração de classe, etnia e gênero, supondo a erradicação de processos de exploração, opressão, alienação, conforme orienta os princípios fundamentais do código de ética do assistente social.

A UFF (Universidade Federal Fluminense) é uma instituição pública de ensino superior com sede em Niterói/RJ, que possui unidades de ensino descentralizadas, como o ESR (Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional) em Campos dos Goytacazes e o PURO em Rio das Ostras. Na UFF/Niterói o curso de Serviço Social é ofertado no campus do Gragoatá através da Escola de Serviço Social. Em Campos dos Goytacazes, o curso de Serviço Social tem sua criação datada dos anos 1960, possuindo aproximadamente 55 anos de existência. O curso de Serviço Social do PURO é ofertado desde a criação do polo, no Instituto de Humanidades e Saúde – RHS, através do Departamento Interdisciplinar – RIR, em 2003, na UFF/Niterói o curso foi criado em 1945.

O nosso objeto empírico foram os cursos de graduação em Serviço Social da UFF das unidades acadêmicas de Niterói, Campos dos Goytacazes e Rio das Ostras. A escolha por tal instituição acadêmica se deve ao nosso vínculo institucional e de sermos egressas do curso de Serviço Social da UFF/Campos entre fins dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Enquanto estudantes de graduação em Serviço Social na UFF/Campos, a disciplina Sociedade e Natureza foi ofertada no ano de 1996 para uma das turmas, mas não foi ofertada para a turma que ingressou no segundo semestre do ano de 1999, o que levou à necessidade de cursar uma especialização em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional na mesma instituição da graduação, a fim de obter uma aproximação com a temática.

Assim, a fim de trazer dados que apresentem a realidade da nossa reflexão, realizamos um levantamento nas páginas oficiais dos cursos de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) para identificar se existe a oferta de disciplinas que contribuam para a Formação Ambiental dos futuros assistentes sociais.

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

Para tal, foi realizado um levantamento da matriz curricular dos cursos de Serviço Social da UFF e da oferta de disciplinas para o 1º semestre de 2018 que tenham em sua proposta a temática ambiental.

Ao realizamos o levantamento nas páginas oficiais dos cursos em questão, verificamos que apesar de constar na matriz curricular disciplinas que possuem em suas nomenclaturas as categorias *meio ambiente*, *natureza*, *ambiente* e *ambiental*, são pouquíssimas as ofertas de tais disciplinas para o 1º semestre de 2018, como apresentado a seguir:

- UFF – *Niterói*:

A página do curso de Serviço Social da UFF/Niterói apresenta em sua matriz teórica as seguintes disciplinas: “Ambiente, Saúde e Trabalho”, “Tópicos Especiais em Economia e Meio Ambiente”, “Sociedade e Natureza”, mas não oferta nenhuma delas em seu quadro de horário para o 1º sem./18.

- UFF – *Campos dos Goytacazes*:

A página do curso de Serviço Social da UFF/Campos dos Goytacazes apresenta na matriz curricular as seguintes disciplinas: “Ética Social e Ambiental”, “Questão Ambiental e Movimentos Sociais”, “Análise Contemporânea da Temática Ambiental”, “Sociedade e Natureza”; e em seu quadro de horário oferece para o 1º sem./18 a disciplina “Sociedade e Natureza”, cuja ementa informa que tratará, entre outros aspectos, “os paradigmas tecnológicos modernos e sua relação com a crise ambiental”.

- UFF - *Rio das Ostras*:

A página do curso de Serviço Social da UFF/Rio das Ostras apesar de apresentar uma matriz curricular com as disciplinas “Questão Ambiental, Território e Realidade Local (I, II, III e IV)” e a disciplina “Meio Ambiente e Sociedade”, em seu quadro de horário para o 1º sem./18 não oferece nenhuma disciplina que se proponha a discutir temas que explicitem uma preocupação com a Formação Ambiental.

Desse modo, identificamos que mesmo não havendo a obrigatoriedade de uma disciplina específica que contemple a Formação Ambiental nas diretrizes curriculares gerais do curso de Serviço Social, existe uma tímida intenção dos cursos de aproximação à temática ambiental. Isso nos permite supor, que parte da ausência de produção de conhecimento e análises teóricas pela categoria profissional é fruto dessa timidez, revelando

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

a necessidade de uma maior apropriação da temática por parte de docentes e discentes envolvidos neste processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos que nas diretrizes curriculares gerais do curso de Serviço Social não há obrigatoriedade de uma disciplina específica que contemple a formação ambiental, isso nos conduz a considerar que há um baixo índice de produção que discuta a temática, nos permitindo supor ainda que são insuficientes os conteúdos programáticos que explicitem a compreensão dos fenômenos socioambientais alicerçados nos fundamentos teórico-metodológico e ético-político, de forma a instrumentalizar profissionalmente os assistentes sociais para a realização de análises socioambientais em uma perspectiva interdisciplinar com vistas a responder as demandas postas socialmente.

Identificamos também, que apesar da matriz curricular dos cursos de Serviço Social, na Universidade Federal Fluminense – (Campos dos Goytacazes, Niterói e Rio das Ostras) – informar a oferta de disciplinas voltadas para a temática da formação ambiental, os seus quadros de horários não asseguram, nas disciplinas ofertadas para o semestre (1º/2018), a realização do debate teórico sobre a formação ambiental.

Neste sentido, acreditamos que a formação profissional do assistente social possui uma significativa lacuna na abordagem da temática em questão, impulsionando os profissionais para buscarem suprir os déficits desse nível de formação em cursos de pós graduação (*lato sensu* e/ou *stricto sensu*), e demonstrando cada vez mais que a mesma não está sendo contemplada no processo básico de formação, mesmo sendo o Serviço Social convocado para responder às diversas manifestações da questão social emergentes da crise socioambiental, ou seja, devendo a profissão apresentar-se

[...] afinada com o novo perfil da demanda profissional no mercado de trabalho, detectando-o e decifrando-o para que se possa qualificar profissionais que, não só confirmem sua necessidade, mas sejam capazes de responder crítica e criativamente aos desafios postos pelas profundas transformações incidentes nas esferas da produção e do Estado, com profundas repercussões na conformação das classes sociais. Impõem-se, portanto, que a revisão curricular esteja atenta às transformações verificadas nos padrões de acumulação capitalista [...] (IAMAMOTO, 1998, p. 172) .

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

Pensamos que a atual situação da formação profissional do assistente social não tem preparado o profissional, recém-formado, para responder às demandas que atualmente tem emergido no contexto de crise ambiental. Pontuamos ser necessário um olhar que dispense maior atenção ao debate da formação ambiental no âmbito da graduação, de modo que seja possível uma formação que proporcione ao discente

[...] *Alargar os horizontes, voltados para a história da sociedade brasileira nos quadros do novo reordenamento mundial para aí melhor apreender as particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações densas de conteúdo histórico.* Este salto para fora dos limites profissionais e da vida universitária não significa a diluição das condições e relações específicas nas quais se molda a formação profissional; ao contrário, é mediação necessária para que ela possa adquirir inteligibilidade nos quadros do processo da vida social contemporânea, como totalidade social. Exige apostar assim na *história*, como fonte de nossas indagações e da construção de respostas acadêmicas e ético profissionais saturadas de possibilidades. O desafio é, portanto, *historicizar o debate*, rompendo assim as visões intimistas e empiricistas do Serviço Social, que só poderão conduzir a uma versão burocratizada da revisão curricular da dinâmica universitária. Tendo por base tais considerações, a sugestão é a de iluminar, por meio da história contemporânea e de uma teoria social crítica nela vincada, as *particularidades* do Serviço Social como profissão que se realiza e se reproduz no mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 1998, p. 170-171).

Consideramos que a responsabilidade para o desenvolvimento de uma formação profissional que de fato prepare o assistente social para as novas demandas no contexto socioambiental deve ser compartilhada com a categoria profissional, entendendo que a mesma é composta por pelo menos três sujeitos: *as Unidades Formadoras, o Conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS*, com as seguintes atribuições:

❖ Às Unidades Formadoras:

Desenvolvimento de um olhar mais atento e de maior rigor na materialização das diretrizes curriculares, proporcionando disciplinas que realmente deem concretude ao debate que possibilite ao aluno reconhecer e despertar o interesse pela temática e aptidão para responder as requisições que emergem no campo socioambiental, comprometido com as lutas sociais em busca de uma sociedade mais justa e igualitária;

❖ Ao Conjunto CFESS/CRESS:

Proporcionar o debate aos profissionais estimulando a participação efetiva através da realização de fóruns permanentes de discussões no âmbito das políticas sociais e suas

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

interfaces com a questão socioambiental e fortalecer a atuação dos profissionais inseridos neste contexto;

❖ À ABEPSS:

Desenvolver condições de permanência e maior presença nas Unidades Formadoras viabilizando maneiras de melhor apropriação das diretrizes curriculares e sua materialização em disciplinas que proporcionem maiores conhecimentos e potencialize o aluno para responder as demandas no contexto de crise socioambiental;

Assim, confiamos que será possível estabelecer

[...] uma qualidade de formação que, sendo culta e atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernentes à prática profissional e de *fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais*, porque atenta à vida presente e a seus desdobramentos. (IAMAMOTO, 1998, p. 195).

REFERÊNCIAS

ANCELES-FREITAS, Janaína de F dos S. de; et al. Formação Ambiental de estudantes da área da saúde em instituição de ensino superior. *Revbea, Revista de Educação Ambiental*. São Paulo, v. 11, n. 4, 2016, p. 253-268

BRANCO, Samuel Murgel. *Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente*. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

BORGES, Aurélio F; BOEGES, Maria dos Anjos, C. S.; REZENDE, José Luiz P. de; CAVALCANTI, Clovis (org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez; Recife – PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

DIAKOV, V.; KOVALEV, S. *A Sociedade Primitiva*. São Paulo: Global, 1982.

DURIGON, Maria do Socorro G. F. Formação ambiental dos universitários do Instituto Federal de Educação Goiano. *Rev. eletrônica Mestrado. Educação Ambiental*, v. 28, janeiro a junho, 2012.

ESTEVES, Cláudio J. de O. *Risco e Vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais*. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, v.1, n.2, p. 62-79, jul./dez., 2011.

BERNARDO, T. T; GUIMARÃES, R. M. A. B.

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

IAMAMOTO, Marilda V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. *Serviço social & Sociedade*, São Paulo, n. 128, Cortez, 2017.

A formação acadêmico-profissional no serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, Cortez, 2014.

O serviço social na cena contemporânea. In. CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/ABEPSS/Cead/UnB, 2009.

O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

PALMA, I.R. *Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da Educação Ambiental*. 2005. 83f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais) – Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Paulo Freire Vieira (org). São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, Rúbia dos. Gestão de Desastres e política de assistência social. R. *Katálysis*, Florianópolis, v.15, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2012.

SILVA, M. das Graças. *Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ético-Político ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

SIQUEIRA, Antenor M. da M; VALENCIA, Norma F. L. da S.; SIENA, Mariana; MALAGODI, Marco. A. (orgs). *Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das ciências sociais e humanas*. São Carlos: RiMa, 2015.

SOFFIATI, Artur. *Literatura e ecoeducação*. In: Jornal Folha da Manhã. Campos dos Goytacazes, 05 de maio de 2006.

Fundamentos filosóficos e históricos para o exercício da ecocidadania e da ecoeducação. In: LOUREIRO, Carlos F. B; LAYRARGUES, Philippe P. e CASTRO. Ronaldo Souza de. (orgs). *Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.

BERNARDO, T. T; GUIMARÃES, R. M. A. B.

Formação profissional: contribuição para o debate da formação ambiental na graduação em serviço social.

UFF. PROGRAD. Matriz Curricular. Disponível em:

<https://inscricao.id.uff.br/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em 06 de março de 2018.

VALENCIO, Norma F. L. da S. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 3631-3644, Sept. 2014.

VALENCIO, Norma F. da S.; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.